BEM-AVENTURADOS OS DESEMPREGADOS, PORQUE DELES...

Mauro Odoríssio

Introdução

"Estudos Bíblicos" (n. 11) abordou cabal e enriquecedoramente a questão do trabalho e do trabalhador. Agora, atenta, pretende refletir a questão dolorosa e atualíssima do desemprego. Diriam as Escrituras algo a respeito? São nelas encontráveis luzes que balizem um percurso que parece ínvio, ou ao menos labiríntico? É o que se procura investigar.

Sabe-se que a Bíblia não analisa especificamente o problema. Todavia, é possível encontrar em seu bojo ao menos lampejos que, se não forem o novelo de Ariadne, serão ao menos como estrelas a dar pistas ao navegador praticamente sem bússola nem timão. Assim, à luz da revelação, se caminhará com maior segurança no estudo de um dos mais dolorosos problemas, entre tantos, que maculam a passagem para o novo milênio.

Pergunta-se, de antemão: que dizer do desemprego, de quem não trabalha?

Há os que não o fazem simplesmente por não querer. Mas existem legiões dos que são vítimas de um novo paradigma produtivo, da crescente ambição de acumular lucros ilimitados e fáceis, da globalização da economia, da lei implacável do mercado, da informatização nem sempre humana. E principalmente da injustiça institucionalizada.

Quanto ao primeiro caso, as Escrituras são taxativas: os preguiçosos e ociosos prejudicam a sociedade e a si mesmos (Pr 13,4). São ladrões, não merecem comer (2Ts 3,10). Tornam-se desprezíveis, indignos de viver em comunidade (Eclo 22,1-2). Mas, o que dizem do desempregado, vítima de uma marginalização que o destrói a partir de dentro, precisamente em sua dignidade de "co-criador"? Falam do desempregado impedido até de sobreviver? Falam do desemprego?

1. Bem-aventurados os...

Foi-nos dada a honra de colaborar em *Estudos Bíblicos* n. 53, abordando o tema "O mundo bem-aventurado". Sentimos a necessidade de evocar, agora, aquele breve estudo. Deus criou o mundo bom, mas opções humanas desastradas fazem com que nele surja tanto desencontro. Com isso cresce o número dos que são colocados à margem da sociedade. Paradoxalmente, estes se tornam os privilegiados no Reino e do Reino: são os bem-aventurados. E nas bem-aventuranças não estão como meros objetos, e sim como agentes na história da salvação. É esse o sentido o título de nosso estudo.

As bem-aventuranças falam em pobres que possuirão o reino do céu, nos que choram e que serão consolados, nos mansos que possuirão a terra, em famintos e

sedentos de justiça que serão saciados, em perseguidos por causa da justiça, por causa do Senhor... (Mt 5,3-12). Evidentemente é um "basta" ao estado de coisas que se choca frontalmente com o projeto divino, e que é inaceitável.

Embora algumas se refiram ao futuro, no todo são uma realidade a ser conquistada a partir de agora. Por todos, mas sobremaneira pelos que conhecem o problema por vivê-lo na carne, e pela especial pertença ao Reino. Assim, num mundo conturbado pelo ódio, pela violência, o pacífico é o maior agente de paz, o verdadeiro promotor do amplo e completo *shalom*. O principal construtor do novo céu e da nova terra, é o bem-aventurado.

Contemplando a galeria dos bem-aventurados, por sinal limitada, se descobre de imediato que os lá catalogados representam todos os sofridos, todos os marginalizados. A lista não pretende ser conclusiva, exaustiva, e muito menos fechada. Fala, em geral, dos que carregam fardo, dos afligidos. Fardos que são jugos colocados nos ombros dos mais indefesos, e que devem ser despedaçados, conforme a visão do Profeta (Is 9,3-4; 10,27). Pergunta-se: a inclusão dos desempregados nessa lista alteraria o espírito das bem-aventuranças? Violentar-se-ia o texto? Não seriam eles dos que o Mestre acolheu, tomado de compaixão (*splagchnizomai* = comover-se até as entranhas?), dos enfraquecidos (*skyllo* = ter o couro arrancado, ser vexado), dos abatidos (*ripto* = jazer, estar jogado no chão), dos que carecem de pastor (Mt 9,36)? Não seriam, *pleno jure*, parte integrante das bem-aventuranças?

Que essa lista seja ampliada por todos os que assumem um outro jugo, o jugo libertador de Jesus (Mt 11,28-30). Ele faz ir ao encontro dos irmãos mais necessitados, com eles fazendo causa comum.

2. Enfraquecidos, abatidos, abrasados

V. Forrester (*O horror econômico*) argumenta que se identificou trabalho e produção, de maneira que a ele têm direito aqueles e unicamente aqueles que, segundo determinados critérios, estão em condições de produzir. Tais critérios obedeceriam "uma lógica planetária" que selecionaria quem tem direito à vida. Não ter condições produtivas, segundo tais critérios, é ser paulatina, mas inexoravelmente, eliminado.

Antes de perder tudo: teto, pão, amor, o assim chamado segregado é destruído por dentro. Além do que tinha, tiraram-lhe a dignidade: é um da legião dos "fracassados", pois se acusa o desempregado de ser alguém que não "soube" subsistir, não "conseguiu" se atualizar, não teve pernas para acompanhar o progresso. Então, o desempregado não é só alguém sem trabalho e que passa por dificuldades; ele é, antes de tudo, um "destruído". Um "fracassado" sem condições de encarar a sociedade, os seus e a si mesmo.

No afã de conseguir trabalho, enfrenta uma batalha de vida e de morte. É tempo de guerra. Os sofridos e injustiçados como ele se tornam "concorrentes". Fica difícil a partilha e até a concorrência para algo em comum. O mercado do emprego o deixa sem condições; é colocado de joelhos ante o "vencedor". Enfrentar uma fila procurando

trabalho equivale a mendigar o direito de viver, o direito à sua dignidade. Como se isso dependesse de favores. Para agravar, inconscientemente introjeta a visão dos "vencedores". Com ela se contempla, se examina e se avalia. Considera-se um culpado, quando na verdade é vítima de um monstro voraz e com muitas cabeças. Não se sente digno de viver no mundo dos fortes, dos vitoriosos, dos que produzem, numa palavra.

Quem poderia estar ao seu lado, lutando numa causa comum, o antecedeu na fila, adaptou-se ao mínimo dos mínimos, para sobreviver. Passa a fazer o jogo do "outro", sentindo-se no direito de olhar com desprezo e ódio os infortunados, pois são concorrentes potenciais, pretendentes ao mesmo lugar.

Só lhe resta, neste momento, colocar toda sua confiança no Senhor. E é precisamente esse um dos pontos básicos que transformam o sofrido em bem-aventurado. E é desses desconsiderados, desses derrotados que pode e deve vir a vitória. Deus costuma servir-se dos "fracos" para confundir os fortes, para fazer com que refulja a glória divina.

3. Eu vi a aflição do meu povo

Deus entra decididamente na história quando vê uma multidão desempregada (Ex 3,7s). Sim, desempregada, porque trabalho escravo não é realmente trabalho. Só analogicamente se diz que a máquina ou o animal trabalham. O trabalho só o é se for humano. E é humano na proporção em que é livre e social. O trabalho é o esforço para humanizar o mundo, para fazê-lo adaptável, para que todos possam usufruir desta adaptabilidade, numa promoção universal, integral, da qual nada e ninguém sejam excluídos.

Não era o que acontecia com os hebreus no Egito. Escravos, faziam o "trabalho" de animais ou de máquinas. Não participavam dos benefícios advindos de tanto esforço. Eram verdadeiros desempregados. Tanto que o Egito passa a ser considerado, por antonomásia, como a terra da escravidão, e Israel, onde também se trabalhava duramente, como a terra do repouso (Dt 12,9). É por causa da exploração do ser humano pelo ser humano que Deus entra na história humana, fazendo-a salvífica.

Já seria muito se Javé libertasse os hebreus, deixando-os partir, para que construíssem sozinhos o próprio destino. Mas os libertou, atraindo-os a si (Ex 19,4). Havia um plano amoroso: uma vida em comunhão, uma caminhada pelo deserto, uma terra a ser conquistada, uma esperança. E mais ainda: uma mensagem a ser levada a todos os povos da terra.

Em virtude da aliança os hebreus deveriam ser verdadeiramente povo: um por todos e todos por um. A caminhada pelo deserto os plasmou nesse novo modo de pensar. Nele não há lugar para o individualismo, para o egoísmo: quem se isola, morre. Não se pode pensar em acúmulo do excedente; o necessário é reduzido ao mínimo. O resto é carga insuportável. Tudo é comum. Não se absolutiza nem mesmo o necessário, que por sinal é totalmente partilhável. O pão parco, uma vez dividido, se multiplica, emigrando de mão para mão, vinculando corações. As racionadas gotas se tornam cascatas, dessedentando o desconhecido viandante, hoje, mas que amanhã pode ser um acolhedor. A vida é vivida em comunhão e a morte é enfrentada comunitariamente. O "meu" é relativizado; o "nosso", maximizado.

Nas agruras e nos perigos constantes de uma natureza hostil, a união de todos era o único recurso para a sobrevivência. Os horizontes infinitos do deserto não permitiam miopia nos olhos e nos corações, obstaculavam as visões estreitas e limitadas. O céu era o limite. A vocação para a liberdade era conseqüência lógica. Nas areias estéreis e traiçoeiras do deserto nasceu uma comunidade.

Os hebreus caminhavam rumo à terra prometida que ficava cada vez mais próxima. Em meio a tantas dificuldades fortaleciam o vínculo que os unia como povo. Os corações se amalgamavam. No meio dos peregrinos, com eles marchando, o Deus Libertador, o que assumira a causa dos ex-escravos que tinham a solidariedade e a liberdade como bandeira.

Aos poucos foram se apossando da terra prometida. O aprendizado no deserto estava entranhado na alma de cada um. O tribalismo, incorporado na vida social, religiosa e política dos judeus, não permitia desigualdades maiores, nem o classismo no meio da população. Todos eram úteis, constituindo uma sociedade de trabalhadores, sem lugar para classes ociosas. Logicamente não havia desemprego. Todos viviam tranqüilos, "debaixo de suas videiras e figueiras", num sistema de mútuo auxílio, de partilha, com o sustento e o abrigo garantidos pelo trabalho familiar (1Rs 5,5; 4,25). Sem tributação a quem quer que fosse.

Circunstâncias históricas, todavia, levaram os judeus a querer um rei. Pelo exemplo dos povos vizinhos Samuel os alertou que arcariam com sérias conseqüências. Surgiram grupos, economicamente falando, improdutivos (governantes, clero, militares), a serem mantidos pela força laboriosa: pastores, camponeses. Em outras palavras, a cidade daria proteção aos trabalhadores, e o campo, por meio de dízimos e tributações, a manteria. A escolha foi feita e, mesmo contrariado, Samuel oficializou o pedido.

A partir de então, o dízimo, a tributação e a corvéia tomaram um ritmo crescente. Conseqüentemente, as dívidas, os penhores, os trabalhos forçados, as desapropriações se transformaram em bolas de neve. Resultado final: desemprego e miséria. A maioria dos judeus voltava para seu ponto de partida: a escravidão. Os trabalhadores viam seu espaço cada vez mais asfixiado. Os profetas denunciavam a violência ao plano de Deus, a situação de pecado, mas eram vozes que clamavam no deserto (Is 5,8).

Nessa situação insustentável se sucede uma gama quase ininterrupta de autoridades corrompidas em todos os escalões. Os profetas as vituperavam duramente (Is 1,10-23). Mas quem os ouvia? Os pobres eram comprados por um par de sapatos (Am 8,6). A exploração campeava avassaladoramente.

Para agravar, decisões na política exterior, nem sempre sábias, deixavam os judeus à mercê de reinos expansionistas. A história de Israel passa a ser praticamente a história de uma nação dominada, de um estado vassalo. Os dominadores, os povos suseranos que se sucedem, exigem tributação cada vez maior, e não faltam saques esporádicos (2Rs 25,13s; 1Mc 1,21-24). Isto significa sangue exaurido cada vez mais das veias dos trabalhadores do campo.

E de degradação em degradação se chega à época de Cristo.

4. No tempo de Jesus

No tempo de Jesus, a Palestina continuava sendo eminentemente agrícola e pastoril. As atividades pesqueiras aconteciam mais ao norte do lago de Tiberíades. A indústria era artesanal: tecelagem e tinturaria em escala um pouco maior, pequenos lagares para vinho e azeite, perfumes, olarias, açougues e padarias de pequenas proporções. O comércio era acanhado e boa parte dependia de Jerusalém, ou, mais precisamente, do templo.

A Palestina sempre foi uma espécie de ponte militar ou comercial entre a Ásia e a África. Ela mesma, porém, pouco se beneficiava, pois não era nem grande produtora, nem grande consumidora. O poder aquisitivo da população era baixo. Com isto, ficava como que vendo as caravanas que passavam. A arrecadação dos pedágios tomava direções bem distantes da bolsa do povo.

Herodes, com suas múltiplas construções e obras, como a reforma do templo, as edificações de cidades como Sebaste, Cesaréia, Antipátrida, Fasaélis, as construções de palácios e fortalezas, movimentou bom número de pedreiros, de entalhadores, de carpinteiros. Segundo Flávio Josefo, no início das obras do santuário, foram contratados mais de 10.000 trabalhadores. Com o término da reforma, os operários e tantas pessoas indiretamente envolvidas ficaram desempregados. O número é muito grande, tendo-se presente que Jerusalém não chegava a 30.000 habitantes.

A esta situação dolorosa é de se somar o que foi falado até agora. A insolvência crescia, como crescia, na mesma proporção, o latifúndio. Os bens eram alienados, como alienado era o trabalho dos devedores praticamente transformados em escravos (Mt 18,23ss). Para os que se locupletavam com essa situação, convinha investir e cuidar mais dos escravos e dos animais que de eventuais empregados. Aqueles eram um capital que produzia muito e exigia o mínimo. E eram facilmente substituíveis. Os trabalhadores, ao contrário, custavam um pouco mais caro... Tudo favorecia o desemprego.

Uma tal situação precisa do adubo da corrupção para bem vicejar. E foi o que Jesus encontrou (Mc 6,34). Cobrava-se o dízimo até da hortelã e da arruda que cresciam na horta (Lc 11,42). Os soldados do sumo sacerdote chegavam a ser enviados aos campos, por ocasião das colheitas, para que os dízimos não fossem sonegados. O testemunho é de Flávio Josefo, praticamente contemporâneo de Jesus.

Mas, além da tributação do templo, havia a de Roma, que então dominava os israelitas, e não era de graça. Os cobradores de impostos, os publicanos, tinham precisamente essa função. A dinastia herodiana também levava uma grande fatia. A renda anual de Herodes era de 1.000 talentos, o equivalente a 10 milhões de diárias de trabalhadores. Afinal, ele pagava caro aos romanos o direito de "reinar". Sua polícia secreta e os que o auxiliavam a se manter no poder eram escoadouro de dinheiro. O prazer e a orgia, na corte, não tinham limites. Calcula-se que os judeus, no tempo de Jesus, tinham cerca de 40% dos ganhos devorados pelo fisco.

A classe alta, leiga e religiosa, se apoderava dos bens do povo obrigado a alienar as posses e a liberdade pessoal. Assim, mantinham a vida nababescamente. Um exemplo: a mãe do sumo sacerdote Ben-Harson lhe presenteou a devida túnica que

custou o equivalente a 700 salários mínimos. Enquanto isso, milhares de mendigos esperavam por uma migalha que caísse da mesa dos endinheirados. Parábolas como a do devedor que é vendido, juntamente com toda a família, para saldar dívidas (Mt 18,23s), como a do pobre Lázaro (Lc 21,1s), são mais que verossímeis. Outro exemplo comovente, mas real, é o da viúva que se mantinha com 2 "lepta", o equivalente a 1/4 de asse (Lc 21,1s). Aos pobres, apenas para matar a fome, era distribuído pão no valor de 2 asses. Como viveria a pobre viúva? Isto tudo sugere o alto índice de desempregados, então.

E os que trabalhavam? Para agravar a situação, muitas profissões eram consideradas desprezíveis, quando não impuras. A dos publicanos não era fato único. Existiam outras. Numa sociedade escrupulosa em manter a pureza legal, ter tais atividades era ver as portas fechadas. Quem as exercia era marginalizado pela grande maioria. E um impuro não podia subir ao templo, ter normal convívio social, religioso e comercial.

A lista de tais profissões desprezíveis não é pequena e seguramente causa surpresas. Apenas alguns exemplos, começando pelos tão romantizados pastores. Quem exercia o pastoreio era considerado ladrão, desonesto e mentiroso, pois "levaria" propositalmente as ovelhas a invadir as roças e os campos alheios. Não se deveria negociar os produtos do rebanho com eles. Chegavam a negar-lhes a cidadania, não podendo testemunhar. O mesmo preconceito existia contra os vendedores ambulantes, os mascates: "venderiam" produtos falsificados, desaparecendo a seguir, para evitar acertos de contas. Pensava-se o mesmo dos tropeiros, dos marujos. Os lavandeiros e tecelões cometiam o crime de exercer "profissões femininas". Os açougueiros, porque "vendiam" carnes de animais imperfeitos... Os médicos, por atenderem somente os que podiam pagar e por se aproveitarem da situação para extorquir. Eram, ainda, colocados de lado os curtidores de couro, pois manuseavam produtos considerados impuros.

Os ensinamentos farisaicos sobre pureza e impureza, tão combatidos por Jesus, afetavam também a vida profissional e comercial, agravando a questão do desemprego. Poucos tinham coragem de enfrentar os preconceitos, preferindo ficar sem serviço. Este conjunto de coisas era atingido pelo Mestre numa única tacada. Suas atitudes, seus ensinamentos não podem ser vistos apenas sob o aspecto tido como puramente religioso.

Mesmo assim, é de se interrogar: teria Jesus alguma colocação a respeito do desemprego? Mesmo não abordando a questão direta e explicitamente, é possível descobrir o que pensava, vivendo no meio do povo sofrido, dedicando sua atenção aos marginalizados, tendo deles feito os seus prediletos?

5. Os bóias-frias

Um dos recursos pedagógicos usados pelo Mestre para ilustrar os mistérios do Reino de Deus eram as parábolas. Elas não são dados de crônica, mas também deixam de ser pura fantasia. No mínimo, eram verossímeis. Partia-se da experiência dos ouvintes, portanto, de um dado conhecido, para ilustrar o desconhecido, o que estava sendo ensinado, no momento.

Não é o caso de se investigar se elas foram narradas pelo Senhor da mesmíssima maneira como estão nos Evangelhos, ou se são elaboração posterior da comunidade, partindo dos ensinamentos de Jesus. A verdade é que, em si, elas tanto podem ilustrar o ambiente vivido pelos primeiros cristãos, como o de Jesus. É de se estudar cada uma isoladamente.

Em nosso caso, a diversamente nomeada parábola do pai de família que contrata operários a trabalhar em sua vinha (Mt 20,1-16), de maneira alguma é anacrônica ao que o Mestre encontrou em sua vida terrena. A situação econômica e social era difícil. Os imóveis passavam dos pequenos proprietários endividados para os latifundiários judeus e até estrangeiros. O desemprego era grande. Ao alvorecer do dia, os desocupados esperavam, à porta da cidade, alguém que aparecesse para contratá-los.

Mt 20,1-7 relata o que em si dispensaria maiores explicações aos ouvintes de Jesus: não só conheciam a dureza daquela chaga social, como eventualmente estariam vivendo a dor de mendigar a sobrevivência pessoal e da própria família, numa fila de trabalho. O acenado denário era realmente o preço de uma jornada de atividades braçais. O pai de família pagava seguindo a "lei do mercado".

Uns primeiros trabalhadores são contratados ao romper do dia. Realmente, nesse horário começava a pesada faina na roça. Outros o foram na terceira hora, ou seja, às nove da manhã. O grupo anterior já tinha derramado muito suor. O estranho é que os recém-contratados não estivessem com os primeiros, cedo, caçando serviço. Ao meio-dia (sexta hora), novos desocupados se somam aos anteriores. A colheita exigia o máximo de urgência.

Um novo grupo é contratado, e mais estranhamente ainda, pela nona e pela undécima hora, isto é, às três e às cinco horas da tarde, respectivamente. Este dado foge praticamente do verossímil, mesmo tendo presente uma eventual urgência da vinha. Patenteia-se a intenção de marcar a narração com termos extremados, para melhor enfatizar a mensagem a ser refletida. Vai-se diluindo o "historiador" e emergindo o teólogo. Estes recursos literários, todavia, não ocultam a gravidade de uma situação: havia urgência de se encontrarem trabalhadores para a vinha. A procura de operários estava sendo grande, pois a colheita não podia esperar um dia sequer. Assim mesmo, a qualquer hora do dia eram encontráveis pessoas desempregadas. E vinha a dolorosa afirmação: ninguém nos contratou!...

Todavia, não se chegou ainda ao clímax da parábola, ao que se queria ensinar. O ponto alto começa na hora do acerto de contas, na parte dialogal. Contrariando a lei do mercado, os últimos operários contratados, e que muito pouco trabalharam, receberam um denário. Não aconteceu o esperado desconto, e isto não era usual, como não o é, ainda. A estes, ao serem contratados, num inteligente recurso literário, nada se falou a respeito da paga. Não parece que a intenção do Evangelista era dizer que trocavam o trabalho pelo direito de comer, segundo interpretação de Dt 25,4. É evidente o espírito questionador e até provocativo da narração, ao se pagar, começando pelos últimos, e na presença dos primeiros. Era necessário chegar ao protesto dos que

trabalharam o dia todo. Com muito engenho o evangelista preparou os pormenores para um ambiente de confronto. Era interessante conhecer o choque de mentalidade.

Ao receberem o merecido e combinado denário, os trabalhadores da primeira hora reclamaram da "injustiça" que estavam sofrendo. Mais que os outros, haviam suportado o peso do dia e do calor. A resposta do pai de família não poderia ser diferente: pagava conforme o contrato anteriormente feito. Apenas queria ser generoso com os demais que, mesmo trabalhando menos, passavam pelas mesmas dificuldades, tinham as mesmas necessidades que eles, trabalhadores do começo do dia.

Entre outros ensinamentos, a parábola não conteria em seu bojo o modo de Jesus pensar sobre a questão do desemprego?

6. E agora?

É certo que o texto evangélico não pretende tratar especificamente a questão do trabalho, do salário, do desemprego. Mas também não esconde a "marca do crime". Sem forçar o texto a dizer o que não pretende, é possível encontrar luzes no desenrolar da narração.

O ponto inicial de tudo é a dignificação do trabalho, precisamente por ser humano. A norma suprema não é a produtividade. Maior peso adquire o ensinamento, porque para os judeus um israelita jamais deveria ser escravo, por ser "propriedade" de Deus. Recebera a missão de organizar o mundo e deveria fazê-lo na visão de aliança. Não era tolerável que a injustiça humana o considerasse inferior a uma máquina, a um animal.

Mas a passagem não se esgota com esse ensinamento. Além de não identificar o trabalho com a produção, o pai de família ensina que quem exerce a função por ele exercida, deve ter o coração aberto à partilha. O relacionamento no mundo do trabalho não pode se basear apenas na insensibilidade da balança, do metro, do cálculo tacanho. O lucro não pode ser um objetivo último pelo qual o mais forte esmaga os mais fracos. Justiça e amor devem se abraçar. Aos primeiros contratados mostra que tinha o direito de fazer o que queria com os seus pertences. Em visão social, enquanto faz o bem, ajuntamos nós.

Talvez não esteja aqui a única, nem a maior mensagem que tinha no peito, não era esta a maior "carta de seu baralho". Na narração existem dois pormenores que não podem passar despercebidos. O primeiro, todo estudioso conhece: o chefe de família está por um Deus todo misericordioso. E é próprio do misericordioso fazer misericórdia, ir além do dever de justiça, do amor das entranhas. É amar quando não existe merecimento, é amar para promover o amado. E isto é válido no mundo do trabalho do qual o desempregado faz parte.

Mas há um segundo pormenor, que a nosso ver merece maior atenção: o pai de família se apresenta como aquele que é "bom". Pouco antes Jesus disse que bom ou o Bom é só o Pai (Mt 19,17). Agora (Mt 20,15) é usada significativamente a expressão com a qual Deus se nomeia, embora acrescida de "bom": *ego agapethós eimi*. E isso já acontece a partir de Ex 3,13-14, precisamente no contexto de Javé Libertador. Desta

maneira se conclui que a humanidade encontrará harmonia no mundo do trabalho, do qual faz parte o desempregado, se esta vocação buscar luzes em sua fonte: no Deus amoroso da aliança. A bondade do pai de família não é apenas a liberdade de usá-la circunstancialmente e como quem faz um favor. Parte da necessidade interior de se abrir beneficamente aos outros, principalmente aos mais necessitados. Esta lei supera as outras, sem minimizá-las. Jesus, que falara inicialmente dos bem-aventurados (Mt 5,1s), comove-se então diante da dura realidade dos sofridos (Mt 9,36), identificando-se a seguir com eles (M 25,31-46). O mundo do trabalho, onde se situa o desempregado como alguém privilegiado, deve descobrir este novo paradigma.

É interessante acrescentar que a atenção principal do chefe de família foi para com os que confiaram em sua palavra, e não no "contrato" trabalhista. Então, há o elemento justiça; mas, sem excluí-la, e sem com ela identificar-se, sobressai a misericórdia. Onde termina aquela, começa esta.

E o comportamento dos primeiros trabalhadores contratados? Realmente tinham "olhos maus". Deles se esperaria um mínimo de solidariedade para com os que carregavam o mesmo jugo e passavam pelos mesmos problemas. Vítimas de uma sociedade exploradora e insensível, não deveriam ter o mesmo comportamento. Não é justo passar de oprimido para opressor (Mt 18,23s). Mereceram a reprovação. Pela falta do mínimo de solidariedade, os primeiros trabalhadores não merecem ser dos bem-aventurados. Não eram agentes da misericórdia, nem agentes da paz.

A parábola é texto profético, não no sentido de prever o futuro, mas enquanto denuncia uma situação injusta e abre perspectivas para novas realidades.

Concluindo

Mateus, ao qual devíamos limitar mais o nosso estudo, não investiga especificamente o problema do desemprego, mas também não o ignora. Abre pistas para a reflexão. Nele é de se descobrir os desempregados na lista das bem-aventuranças, não com visão dolorista, de piedade. Lá estão como privilegiados do Reino e também como agentes principais, para que, com a denúncia e com o anúncio, se concretize a redenção. Mostra que trabalho não é mera mercadoria: é um direito humano e, por ser humano, merece toda consideração. É ainda um problema de todos.

Todos, afetados ou não pessoalmente pelo desemprego, devem animar-se com a visão das bem-aventuranças, com o espírito de misericórdia que animou o Mestre, e colocar-se como agentes transformadores de um mundo violentado pela injustiça. Sem excluir os recursos chamados humanos, técnicos, econômicos, é de se investir, acima de tudo, numa sociedade que saiba partilhar e ser solidária.

Mauro Odoríssio
Caixa Postal 29.036
20540-970 Rio de Janeiro – RJ
ou
Rua Reinaldo Semprebom, 137
86047-010 Londrina – PR